

ave p11

Super-líder-89

Villas-Bôas Corrêa

Se o ministro Mailson da Nobrega estiver enxergando claro e nítido através das grossas lentes dos seus imensos, graves, escuros óculos professorais e garantir desempenho apenas razoável, sem nada de milagroso ou mágico da economia por mais este fim de ano e no vindouro, o projeto de transição, apesar de todos os pranteados pesares, caminhará com as suas próprias pernas até a última estação do percurso.



Porque projeto político o país tem e está sendo cumprido. Erros e recuos ao longo do roteiro não o invalidam e nem desfiguram. A evidência é que estamos no rumo da consolidação democrática e muito perto do desfecho. Faltam três etapas derradeiras e fundamentais, tão óbvias quanto intocáveis: 1- a promulgação da futura Constituição, com o término dos trabalhos da Constituinte, 2- a realização das eleições municipais de 15 de novembro, renovando os quadros políticos na sua base e projetando o desenho da sucessão presidencial e, 3- a eleição do sucessor do presidente José Sarney pelo voto direto em 89 e posse a 15 de março de 90.

Dai por diante, vida nova. Começa a contagem de outro tempo mas os responsáveis pela transição, seus fiadores, poderão ressonar nos travesseiros com a alma leve. Bem ou mal, dever cumprido.

A inflação ameaça estragar a festa, se disparar com os freios nos dentes, indiferente aos esforços para contê-la. Até agora, deu para suportar. Economia enloquecida ensandece os ricos e embruta os pobres. Não se opera a delicadeza de um processo de transição em clima de hospício.

Os riscos que estão ficando mais claros e mais nítidos porque crescentes, reclamam cuidados, habilidade e tolerância. Na roda de votações decisivas e polêmicas do segundo turno da Constituinte e véspera de campanha ardente, que mexe com as rivalidades municipais, não há receptividade para os acertos nacionais, com o desarmamento dos espíritos e a trégua consensual. Mas, identificados os riscos que pairam sobre todos, um pouco de bom senso ajudaria, por exemplo, a negociar apoio a um plano de emergência de combate à inflação e a envolver o presidente José Sarney em teia protetora da sua estabilidade.

Preços desatinados, cada vez mais distante do poder de compra dos salários, justifica as apreensões de um estouro, com a reação popular ocupando as ruas, descambando para o excesso do quebra-quebra e impondo a presença das Forças Armadas para restabelecer a ordem pública. Uma vez, vá lá. A repetição sempre acaba mal.

Se Sarney perder todos apoios, solto no ar não se sustenta. E na queda, por qualquer das muitas razões, motivos ou

hipóteses, escancará a boca da crise dentro da crise. O presidente, que é vice, não tem quem o suceda, apenas substitutos alinhados na hierarquia constitucional. Portanto, insubstituível até 90. Improvisar fórmula de emergência, no momento, no mínimo custaria perda de tempo e possíveis, prováveis traumatismos.

Convém tomar cuidados porque, repita-se, a transição está andando, politicamente o país tem jeito.

O modelo de sucessão armado para o futuro, com os ajustamentos das Disposições Transitórias para a eleição do ano que vem, promete surpresas pouco percebidas por olhos descrentes e apressados.

A eleição de 89 vai criar um super-líder que escalará a presidência da República com uma autoridade inquestionável, dose inédita de legitimidade. Líder mesmo, de fato e de direito, para ninguém botar defeito.

A exigência da maioria absoluta para a validade da eleição no primeiro turno é a chave do segredo, a receita de alquímia para forjar um líder com a massa que está por aí. Pois, das urnas de 15 de novembro de 89, das duas uma: ou ninguém alcança maioria absoluta de votos, mais da metade dos votos válidos—o que parece o mais provável com a pulverização partidária e esqualidez das lideranças, inclusive da *noivinha* do PMDB—ou, para o embasbacamento nacional, a campanha revelará o líder insuspeitado e teremos presidente com todas as galas e honras.

Confirmada a previsão de um primeiro turno apenas classificatório, vamos para a novidade do segundo. Novidade de truz. Pelo texto do relator, deputado Bernardo Cabral, a ser ratificado em segunda votação sem qualquer resistência conhecida, o segundo turno será realizado trinta dias após proclamados os resultados do primeiro, apenas entre os dois mais votados. Algumas perplexidades embaraçam o raciocínio. Quanto tempo consumirá a Justiça Eleitoral para apurar, julgar as impugnações e proclamar os resultados finais? Porque se demorar mais de uma semana, o segundo turno coincidirá com o Natal ou sua véspera. Um pouco mais e embola com o Ano Novo. E para depois, a eleição perde o pique e a graça.

Mas, de qualquer maneira, um segundo turno empolgante, como nunca se viu nada igual ou parecido. Disputado em clima de FlaxFlu, entre dois candidatos, rachando o país de alto a baixo. Com os debates pela televisão e rádio invadindo casas, agarrando eleitores pelo gasganete, forçando o engajamento, a definição passionalizada. Derramando-se para as ruas, reeditando os grandes comícios ausentes da chocha campanha do primeiro turno.

Um presidente eleito em duas eleições, na segunda com maioria absoluta, estará unguido super-líder. Com autoridade, força, sustentação popular, apoio político para fazer o que quiser. Credenciado a promover as mudanças frustradas nos balanços da transição.

Enfim, o líder que o país está aguardando com adiadas esperanças. O que virá depois, confirmação ou reincidência no desalento, já é outra história.